

**EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE OFÍCIOS:  
DOCUMENTOS HISTÓRICOS  
E A DEFESA DA BAHIA NO SÉCULO XVIII**

*Adriana dos Santos Silva* (UFBA)

[adrianassmts@hotmail.com](mailto:adrianassmts@hotmail.com)

*Eliana Correia Brandão Gonçalves* (UFBA)

[elianabrand7@gmail.com](mailto:elianabrand7@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade apresentar notícias sobre a edição da tipologia documental ofícios do Conselho Ultramarino que registram o processo de construção de defesa da Bahia do século XVIII, por meio de fortificações militares. Apesar de ser uma cidade fortificada, Salvador apresentava-se vulnerável quanto aos ataques estrangeiros, sendo necessária a organização de defesa da cidade. Assim, os ofícios do Conselho Ultramarino são entendidos como instrumentos oficiais de comunicação entre autoridades e subalternos e entre os órgãos públicos e os particulares (BELLOTTO, 2002), que documentam parte da história militar da Bahia setecentista. Para tanto, parte-se da leitura filológica do ofício de Manuel Pimentel ao secretário do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre. O documento, datado de 27 de janeiro de 1712, foi catalogado pelo Projeto Resgate, em 2009, e está disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e no acervo digital da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Portanto, serão apresentados os resultados iniciais com a edição semidiplomática do documento e uma breve elucidação acerca da importância do texto para a história da Bahia colonial. Nesse contexto, conclui-se que o trabalho da Filologia por meio da pesquisa e da edição de documentos históricos vai rescrevendo histórias, ressignificando sujeitos e reconstruindo “novas” memórias.

**Palavras chave:** Edição. Ofício. Defesa da Bahia.

**1. Introdução**

Este artigo se propõe a apresentar notícias sobre a pesquisa com a edição do ofício de Manuel Pimentel ao secretário do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre, datado de 27 de janeiro de 1712, que está disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e no acervo digital da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

A pesquisa supracitada tem por objetivo geral realizar o mapeamento, em forma de inventário documental, seguido da leitura paleográfica de ofícios relativos à Capitania da Bahia, referenciados nos catálogos elaborados pelo Projeto Resgate, em 2009, constantes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e que fazem referência à história da Bahia, principalmente durante a vigência do sistema de Capitânias Hereditárias.

A pesquisa é desenvolvida no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o auxílio de bolsa PIBIC-UFBA e está vinculada ao grupo de pesquisa *Studia Philologica* e ao projeto de pesquisa *Guerras, revoltas e contextos de violência em documentos de arquivos histórico-culturais: edição e estudo linguístico*, coordenado pela Profa. Dra. Eliana Brandão. O referido projeto pesquisa tem por objetivo realizar a edição de diversos documentos históricos sobre a Bahia, disponibilizados em acervos de instituições arquivísticas, nacionais e estrangeiras, como os documentos da Capitania da Bahia constantes no Arquivo Histórico Ultramarino, além de documentos do vasto acervo documental da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado da Bahia, que façam referência à história das guerras, revoltas e contextos de violência na Bahia. O projeto de pesquisa também dialoga com outros projetos de pesquisa locais e nacionais que têm promovido a recuperação da memória sobre a Bahia, por meio de edições de textos do português escrito datados entre os séculos XVII ao XIX, disponibilizando *corpora* de documentos escritos que futuramente possam servir de base para o desenvolvimento de análises linguísticas de cunho léxico-semântico.

Outrossim, fora selecionado como *corpus* para a leitura paleográfica o ofício (1712) de Manoel Pimentel (cosmógrafo-mor de Portugal) ao secretário do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre, no qual ele o comunica acerca do recebimento das cartas de Pedro Vasconcellos, o governador-geral do Brasil à época, sobre a construção de trincheiras para evitar outra invasão estrangeira, tendo em vista que a Bahia já tinha sido invadida pelos holandeses em 1624, sendo necessária a organização de defesa da cidade.

Salienta-se que, o Conselho Ultramarino foi um órgão fundado por regimento em 14 de julho de 1642 na cidade de Lisboa, porém só começou a funcionar no ano de 1643. Sua criação se deu devido à ausência de um tribunal que se ocupasse dos assuntos da coroa Portuguesa referentes aos territórios colonizados e ocupados por Portugal, dentre eles o Brasil, e todas as demais partes ultramarinas. No que pese as suas competências destacam-se: “a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipa-

gem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra”.<sup>277</sup>

Destarte, o Arquivo Histórico Ultramarino guarda em seu acervo documentações referentes às áreas que foram colonizadas pelos portugueses, ou ainda, daquelas em que se registrou sua presença. No que tange a documentação da Bahia, o Projeto Resgate publicou em 2009, documentos manuscritos avulsos catalogados e inventariados, presentes em dois volumes, nos quais se tem o registro de 19.610 textos que estão no dito Arquivo.

Destacamos assim, que transcrever e editar o ofício de Manuel Pimentel (1712) vai para além de reconhecer e reproduzir os caracteres deste, ao contrário, a partir de uma leitura crítica e exposta por meio da edição, o filólogo, que atuará de forma inter, multi e até transdisciplinar, dará a conhecer o texto, explicitando por muitas vezes aquilo que não está tão perceptível, evidenciando não só o conteúdo, mas o documento em toda sua extensão, ressignificando-o e reafirmando-o como um patrimônio social, histórico e cultural. Isto é, o filólogo será o mediador dos tempos e por meio da crítica textual irá reconstituir o texto *ad corpus*.

## **2. A construção de fortificações na capital do estado do Brasil: uma estratégia para a defesa da Bahia no século XVIII**

A história da Bahia, em seu início, muito se confunde com a história do Brasil, pois em 22 de abril de 1500, em uma tentativa fracassada de descobrir uma nova rota para as Índias, chegam ao sul do atual estado da Bahia, os portugueses. E assim “depois de navegar por dez léguas ao longo da costa, fundearam numa baía a que se deu o nome de Porto Seguro” (DEL PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 18). É fato, que com a invasão e a ocupação dos portugueses das terras brasileiras, que até então eram habitadas pelos índios, o Brasil é subjugado a uma colônia de Portugal, o qual ficou responsável por controlá-lo administrativa, política e economicamente até a independência do Brasil.

A fundação da cidade do Salvador é o resultado direto da expansão da economia europeia que, saída do feudalismo desde o século XIV, experimentava um período de consolidação do capitalismo mercantil, fortalecido pelo estabelecimento de novas rotas com destino à Ásia e ao litoral oriental africano,

---

<sup>277</sup> CU\_Conselho Ultramarino\_1663/1803.História administrativa/biográfica/familiar. Arquivo Nacional do Tombo. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4167269>> .

visando o comércio de especiarias e posteriormente através do domínio e exploração de terras recém descobertas na América. (ANDRADE & BRANDÃO, 2009, p. 27)

Sendo assim, Portugal encontrava-se em uma situação financeira e econômica muito precária, até os meados do século XVII, atuando como explorador do Brasil e restringindo-se, *a priori*, a facha litorânea. Destaca-se que o Brasil era muito rico em madeira e sua terra era fértil para o plantio da cana-de açúcar, o que gerou muita cobiça por parte de países estrangeiros e riquezas para Portugal, que se ocupou principalmente da extração do pau-brasil e cultivo da cana de açúcar.

No entanto, para uma melhor administração, tendo em vista que, geograficamente Portugal era muito distante do Brasil, o que fora um óbice para uma administração mais eficaz, o território brasileiro foi dividido em 15 faixas horizontais e doadas a fidalgos portugueses em 1532, surgindo às chamadas capitanias hereditárias, primeira forma de organização político-administrativa do Brasil. Tal bônus veio acompanhado com um ônus: aqueles que fossem donatários de capitanias que cultivassem cana, moinho e fosse fazenda, obrigatoriamente, deveriam construir fortificações para defendê-las: “e as ditas pessoas se obrigarão a fazer cada uma em sua terra uma torre ou casa forte de feição e grandura [...]”<sup>278</sup>. Substituindo o sistema das capitanias hereditárias, no dia 29 de março de 1549 com a chegada de Tomé de Souza em terras brasileiras é instalado o Governo Geral, se tornando a Bahia a primeira capital do Brasil, a qual perdurou por 214 anos.

Como parte dos esforços para garantir a manutenção do domínio português nas terras do Novo Mundo e manter a paz necessária à permanência das rentáveis atividades econômicas já consolidadas, o rei D. João III ordenou ao fidalgo Tomé de Souza, ainda em 1548, a construção de uma fortaleza e povoação grande na Baía de Todos os Santos (descoberta por Américo Vespúcio no dia 1º de novembro de 1501, data comemorativa do dia de Todos os Santos), além de designá-lo Governador das terras do Brasil e Capitão da fortaleza. Em início de 1549, a expedição comandada por Tomé de Souza desembarcou na praia do Porto da Barra, nas proximidades da Vila Velha, erguida pelo donatário Francisco Pereira Coutinho em 1536, com o que viria a ser o efetivo de população inicial de Salvador, formado por militares de terra e mar, colonos, degredados e funcionários, além do jesuíta Manuel da Nóbrega, primeiro bispo da Colônia e do mestre de obras Luís Dias, responsável pela planta da cidade. (ANDRADE & BRANDÃO, 2009, p. 27)

---

<sup>278</sup>REGIMENTO do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almeirim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548. Salvador: FGM, 1998, p.15. Transcrição modernizada do original. Cf. Oliveira (2004, p. 177)

As faixas de terras ainda continuaram denominadas capitânicas, e no que diz respeito à Capitania da Bahia, Tavares aduz que “na segunda metade do século XVIII, com a incorporação das capitânicas hereditárias dos Ilhéus e de Porto Seguro à capitania da Coroa, a da Bahia era descrita compreendendo quatro comarcas: Bahia, Recôncavo, Sertão Baixo e Sertão de Cima”. (TAVARES, 2008, p. 95)

Para Gonçalves (2017), desde os primeiros momentos da povoação da Capitania da Bahia, sentiu-se a necessidade de criação de uma cidade fortificada.

O sistema militar português era baseado nas Ordenanças, que obrigavam a população a manejar armas para sustentar o patrimônio da Coroa. E se por um lado, as fortificações defendiam a cidade do Salvador de invasões e de ataques, por outro lado, os conflitos dos colonos com as ordens coloniais, demandavam motins. (GONÇALVES, 2017, p. 212)

Todavia, um muro, primeira estratégia de defesa de Salvador, não era suficiente para a proteção da cidade, pois além de sua estrutura geográfica Salvador participava de diversos negócios nacionais e internacionais, “o que lhe dava uma posição estratégica no aporte e circulação de mercadorias extremamente valorizadas naquele momento histórico” (ANDRADE & BRANDÃO, 2009, p. 42-43). Logo, fez-se necessário a construção de outras formas de fortificações como torres, fortes e redutos.

Conquanto, a situação financeira e econômica de Portugal impedia um investimento maior na capital do Brasil, todavia, Portugal não hesitava em buscar especialistas, como a exemplo a solicitação dos serviços do cosmógrafo-mor de Portugal Manoel Pimentel, o qual em seu ofício (1712) relata a presença de dois engenheiros em Salvador, especializados na construção de fortificações militares. Isto é, em uma breve análise do ofício de Manoel Pimentel, nota-se que os dois engenheiros, de fato eram especialistas, haja vista que o cosmógrafo não hesita em dar-lhes liberdade para aconselhar ao governador geral.

Ressalta-se que, a deficiência da defesa de Salvador contribuiu para que os holandeses nela entrassem com a maior facilidade em 1624, sendo esses responsáveis por assenhorearem praças, fortificá-las, limpar os campos de tiro em torno da cidade, os quais eram cercados por matos, demolir alguns imóveis, fazer fortes de terra na ermida de S. Pedro e no outeiro do Barbalho, bem como organizar defesas no Santo Antônio, em suma, tornando sua área desenvolvida para um espaço de guerra e ocupação.

Quanto à invasão holandesa, vejamos o que aborda Nunes (2013)

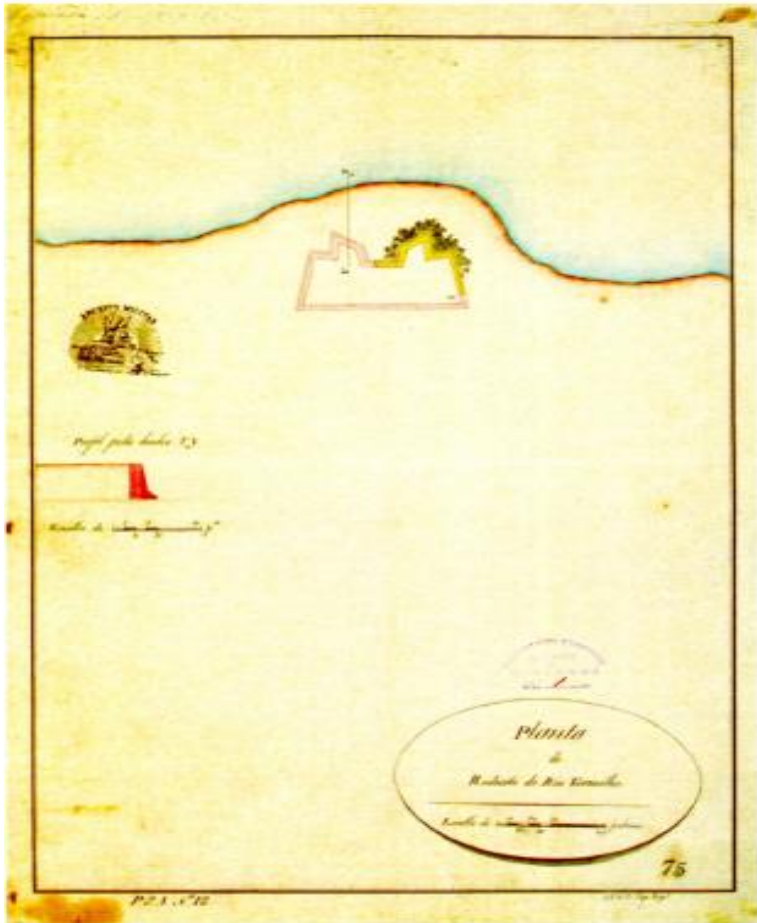
Em 1624, foi preparada uma esquadra holandesa de 26 naus comandada por Jacob Willekens e PieterHeyn, sob a chefia Militar de Johan van Dorth. Dirigindo-se à região do Recôncavo baiano, ocuparam a cidade do Salvador, que era o porto onde se reunia todo o açúcar da região do Recôncavo para ser exportado. Avisados na cidade da sua vinda, o governador d Brasil Diogo de Mendonça Furtado (governou de 1621 a1624), reuniu os moradores baianos, mas esperam muito tempo sem que a esquadra holandesa aparecesse. [...] Conhecedores da navegação da baía de Todos os Santos, quando finalmente chegaram, os holandeses entraram tranquilamente nela, passando ao largo do alcance dois canhões de Santo Antônio da Barra, único existente na ocasião a defender a entrada da Baía. Tomaram sem dificuldades a Vila Velha e se dirigiram para Salvador. (NUNES, 2013, p. 144)

Com isso, muitos moradores que habitavam aquela área ficaram desamparados e se refugiaram primeiro na Aldeia do Espírito Santo e posteriormente, se aproximaram de Salvador, se organizando em um arraial denominado Rio Vermelho; e quanto ao Governador Geral Diogo Furtado, este foi enviado preso para Holanda, fatos estes facilmente comprovados nos relatos do Governador Geral Pedro Vasconcellos em suas cartas. Cabe ressaltar ainda que apesar de não ser o governador titular na época da invasão, Pedro Vasconcellos afirma em sua carta (1711), anexa ao ofício, que se apressava em construir e melhorar as trincheiras que se encontravam no Rio Vermelho, bem como aumentar o seu poder de fogo, solicitando artilharias e baluartes.

Destarte, por estar a uma légua do Santo Antônio da Barra, por onde desembarcaram os holandeses, o Rio Vermelho ganha, em aproximadamente 1635, seu primeiro fortim, chamado Fortim do Rio Vermelho que serve como um vigia, para sinalizar a presença de barcos que vinham do Norte em busca da Baía de Todos os Santos. Segundo Oliveira (2004, p. 239) para sua defesa fora ordenado que se construísse ao menos uma pequena trincheira de terra, a qual não foi muito significativa, pois não foi fruto de arrolamento por Bernardo Ravasco em 1960.

No que diz respeito a sua conservação, esta era feita pela milícia de Garcia D'Avila Pereira, responsável pela limpeza de parapeitos e faxina (OLIVEIRA, 2004; p. 239). No entanto, Pedro Vasconcellos, governador geral, em uma de suas visitas em novembro de 1711, deixa claro em sua carta direcionada a Manoel Pimentel, que tanto o pessoal como o armamento neste fortim são insuficientes e que apesar de terem mandado demolir as casas que faziam parte do mesmo perímetro, onde situava-se o Fortim, essas em nada lhe ofereciam prejuízo, ao tempo em que demonstra a importância de se construir outros fortins. Oliveira (2004, p.

240) traz a planta deste novo reduto, já no final do século XVIII, o qual recebe fortes críticas, por ser julgado inútil, uma vez que os invasores poderiam desembarcar no Santo Antônio da Barra sem qualquer oposição, não se arriscando a um enfrentamento direto.



**Fig. 1 - Reduto do Rio Vermelho na sua versão final do século XVIII.  
Fonte: Oliveira (2004, p.240)**

No entanto, contrariando todas as críticas, Manoel Pimentel cosmógrafo-Mor de Portugal, em seu ofício escrito em janeiro de 1712, objeto de análise desse trabalho, deixa claro seu parecer favorável para que

se construa uma fortificação na praia do Rio Vermelho como estratégia de defesa, visando auxiliar o Forte de Santo Antônio da Barra.

Entretanto, não acredita ser necessário demolir as casas que ali jazem, uma vez que essas não apresentam nenhum risco à fortaleza ou gasto demasiado para Coroa Portuguesa. E ainda enfatiza que, se necessário for, a fortificação poderá ser construída fora do sítio, porém condiciona o seu parecer ao dos engenheiros que já estão na cidade de Salvador, o que de fato aconteceu posteriormente (como se observa na figura n.1). Ademais, por poderem opinar com maior clareza acerca do assunto e por serem, também especialistas, solicita que o governador geral com eles se aconselhe.

O ofício de Manuel Pimentel (1712) é de suma importância para a demonstração de uma estratégia militar muito utilizada por Portugal para a defesa da Bahia, principalmente nos séculos XVII e XVIII: a construção de trincheiras e fortificações. Por esse motivo fora selecionado como corpus para uma edição semidiplomática. Ademais, a partir da análise deste tipo documental se perceberá que para além duma espécie documental muito utilizada no ramo administrativo, o ofício permite a compreensão das práticas efetuadas pela Administração Pública, bem como medidas políticas adotadas e etc., ratificando o documento escrito como um patrimônio histórico, cultural, memorial e sócio-político.

### 3. *Do gênero ao tipo documental: o ofício e sua gênese*

A diplomática é a ciência que, *ab initio*, ocupa-se com a estrutura formal dos textos escritos e em uma ampliação da sua atuação em uma perspectiva coletiva, a sua funcionalidade. Conquanto, não serão objeto da diplomática todos os textos escritos, mas aqueles de origem governamental ou notarial. Aduz Heloísa Liberalli Bellotto (2002) que:

A diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação. (BELLOTTO, 2002, p. 13)



É a diplomática que auxilia a compreender a espécie ofício, uma vez que como gênero esse advém de uma espécie de carta. Maria Inez Matoso Silveira (2005, p. 12) afirma que “no que respeita ao ofício<sup>279</sup>, especificamente, verifica-se que esse gênero é de uso muito constante nas atividades administrativas” e, portanto, para estudar este gênero, convém partir-se da carta enquanto “unidade funcional da língua, empregada em situações características – ausência de contato imediato entre emissor e receptor”. (PAREDES SILVA, 1997, p. 119, *apud* SILVEIRA, 2007)

Todavia, diferente das cartas pessoais, o ofício seria uma carta profissional, com caráter, estrutura e funcionalidade própria diferente das cartas. Ainda nas palavras de Maria Inez Matoso Silveira (2007, p. 1455)

O ofício é um tipo de correspondência oficial que se presta a vários propósitos comunicativos, os quais estão geralmente circunscritos a ações corriqueiras na administração pública, visando à comunicação e ao intercâmbio entre instituições públicas e também entre estas e as instituições privadas.[...] Obviamente, a diversidade de propósitos confere uma certa heterogeneidade aos ofícios, mas, ainda assim, o caráter institucional das audiências, o formato, a formalidade da linguagem, o tratamento retórico, a estrutura textual-discursiva e as expressões formulaicas resguardam a sua identidade como gênero exclusivo da burocracia administrativa.

Mas então, o que seria um ofício? Segundo Heloísa Liberalli Belotto (2002), o ofício como espécie documental é um

documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada. (BELLOTTO, 2002, p. 76-77)

Assim sendo, fica evidente a natureza do ofício como um gênero textual administrativo, que serve como meio de comunicação para administração pública, de forma ascendente, descendente ou horizontal, o qual

---

<sup>279</sup> No vocábulo *Ofício* a autora traz a seguinte nota de rodapé: 4. Convém assinalar algumas definições de *Ofício* (como gênero da língua escrita) que aparecem nos dicionários: “Carta formal, escrita em papel timbrado, de uma entidade pública ou privada” (BIDERMAN, Maria Tereza. C. *Dicionário Didático de Português*. S. Paulo, Ática, p.671); “Forma de correspondência no serviço público oficial, entre entidades da mesma categoria, ou de inferiores a superiores hierárquicos” (HOUAISS, Antônio, *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro, Editora Larousse do Brasil S.A., p. 599); “Documento formal que estabelece a comunicação entre secretarias ou autoridades”. (BORBA, Francisco da S. *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo, Ática, 2002. p. 1116).

por ter um caráter oficial exige do seu escritor uma formalidade na escrita e na estrutura textual, ainda que não seja um documento, em regra, diplomático.

No entanto, por ser de categoria informativa, em seu conteúdo visa opinar, enunciar acerca de algo, buscando esclarecer questões contidas em outros documentos. Geralmente, em sua relação institucional, não veicula internamente, apenas entre instituições, uma vez que o tipo documental para comunicação interna é o memorando. Todavia, o ofício não poderá ser compreendido apenas como gênero e espécie documental, ou seja, faz-se necessário para esse trabalho, analisá-lo não só como espécie documental, isto é, quanto a sua estrutura, mas como um tipo documental, pois será considerada também sua atividade/funcionalidade.

Afinal, um documento precisa, para que de fato contribua para uma história *in totum*, ser compreendido como um documento/monumento, ou seja, em sua completude, tendo em vista que faz parte de um todo, de uma memória coletiva, na qual estão impressos valores e designios da época em que foram escritos. O texto deverá ser percebido em seu contexto, em consonância com sua funcionalidade. No entanto, não basta apenas depreender o documento de forma mais ampla, ou transformá-lo em dado, é imperioso, para que lhe seja atribuída uma autenticidade, submetê-lo a uma crítica rigorosa. Quanto tal crítica, Jacques Le Goff (1990) destaca:

Iniciada na Idade Média, consolidada no início do Renascimento, enunciada pelos grandes eruditos do século XVII, aperfeiçoada pelos historiadores positivistas do século XIX, a crítica do documento tradicional foi essencialmente uma procura da autenticidade. Ela persegue os falsos e, por consequência, atribui uma importância fundamental à datação. (LE GOFF, 1990, p. 468)

É, portanto, a crítica que vai atribuir ao documento o título de autêntico ou não, afastando toda e qualquer falsidade que possa comprometer as memórias que ali são encontradas. Para tanto, é necessário se estabelecer as regras e os instrumentos de edição. Outrossim, após comprovada sua autenticidade, tais documentos poderiam figurar bibliotecas e acervos para que pudessem servir de consultas e de memória coletiva da humanidade.

Nesse contexto Eliana Correia Brandão Gonçalves (2017) afirma:

Esses interrogantes nos possibilitam o exercício da crítica filológico-lingüística, com contribuições interdisciplinares, visto que a prática filológica tenta não apagar os estágios da memória dos textos, mas escavá-la, deixando e consignando os rastros e as pistas, da documentação recolhida sobre o sujeito-

escritor e sobre o texto-documento, por variados estudos, de cunho linguístico, do contexto ou modos de produção e de recepção dos textos, viabilizando a possibilidade de que o sujeito/público-leitor possa fazer, ao seguir esse percurso, suas próprias leituras. Considerando esse viés, a pesquisa com documentos histórico-culturais tem vocação para o diálogo multidisciplinar, fazendo uma mediação e conciliação entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens dos estudos históricos, culturais, linguísticos e discursivos. (GONÇALVES, 2017, p. 194)

Ademais, o documento, traz em sua essência uma carga valorativa do escritor, seu local de fala, haja vista que se trata de uma narrativa pessoal, condizente ao seu contexto, é um testemunho “consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. Afinal o documento é um instrumento de poder. (LE GOFF, 1990, p. 547)

#### **4. A edição semidiplomática do ofício (1712) de Manoel Pimentel**

Editar um documento histórico e desenvolver os melhores métodos para explorá-lo não é uma tarefa tão fácil, pois

O documento histórico é raramente “dócil”, “aberto” ou “fácil”. Como escreveu o já citado Ginzburg, o método histórico aproxima-se muito do método de um detetive ou de um médico que, à força de esforços titânicos, deve extrair coisas que só aparecem de forma indireta. Paradigmas indiciários são mais familiares ao historiador experiente do que uma clara informação documental adaptada de forma harmônica a sua hipótese de trabalho. (KARNAL & TATSCH, 2011, p. 17-18)

A crítica textual propicia uma restituição da forma genuína do texto, tornando-o público e legível e quando atua em conjunto com outras áreas que também se ocupam do texto escrito como a ecdótica e a diplomática, contribui não só para a recuperação e preservação do documento/monumento como um patrimônio histórico-cultural, mas permite um conhecimento mais aprofundado acerca deste. Com isso, o que se pretende aqui não é apenas se desenvolver uma edição semidiplomática, a qual de acordo com Rosa Borges e Arivaldo Sacramento de Souza (2012, p. 32) “situa-se entre a interpretativa e a diplomática, sendo sua prática marcada pela ação menos interventiva que a interpretativa e mais interventiva que a diplomática”, desenvolvendo-se apenas as abreviaturas, mas, propõe-se uma leitura filológica, nas quais são evidenciados al-

guns outros aspectos perceptíveis no documento ao se realizar a crítica textual.

Em síntese, opta-se por uma edição semidiplomática, para que se conservem os aspectos dos documentos, facilite sua leitura, uma vez que as abreviaturas atuam como “nós” na tessitura do texto, ao tempo que possibilite, posteriormente, sua utilização para estudo de diversas outras áreas que tenham interesse. As intervenções realizadas serão mínimas, apenas no desenvolver das abreviaturas e no tipo caligráfico que de manuscrito passará a ser impresso. No que concerne à fronteira de palavras, acentuações ou quaisquer alterações ou atualizações da grafia, bem como da concordância e coesão textual do manuscrito, não serão estabelecidas nesta edição.

#### **4.1. Critérios para edição do documento**

Dessa forma elencamos como critérios para edição semidiplomática do referido ofício:

- 1) A transcrição será conservadora;
- 2) As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas, respeitando, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba;
- 3) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver;
- 4) A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado [espaço];
- 5) A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração;
- 6) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;
- 7) Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível];
- 8) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição;

- 9) A indicação da numeração do fólío é feita na parte superior do texto, indicando se recto ou verso, ||1r.||;
- 10) Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta linha. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor;
- 11) As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas.

#### **4.2. Edição semidiplomática e fac-símile e do ofício (1712) do Arquivo Histórico Ultramarino**

||1r.||

Vi as cartas do *gouernador* geral do estado do Brasil, e no que toca á trincheira que propoem hauer se de fazer na praya do Rio Vermelho distante huã legua da Cidade

5 me parece conueniente fazerse para impedir aos inimigos poder desembarcar por aquella parte. Mas como na Bahia estaõ dous Engenheiros e cá de tão longesenaõ pode discorrer com tanto acerto como á uista dos sitios, deuese ordenar ao *gouernador* geral siga o parecer

10 dosditos Engenheiros.

[espaço] No tocante a haueremse de derrubar as Igrejas de *Nossa Senhora da Piedade* dos Capuchinhos, e a matriz de *Santo Antonio* com alguás casas terreas, sou de parecer que se hajão de conseruar em todo o caso ainda que

15 seja promouendo a fortificação mais fora se o sitio o permitir, e que só se deue chegar á resolução de derrubar estas Igrejas quando o dano for manifesto, e o prejuizo *grandissimo* em se conseruarem. Mas tambem nesta parte me sogeito ao parecer e uoto dos

20 Engenheiros com os quaes o *gouernador* se deue aconselhar.

Lixboa 27 de Ianeiro 1712

Senhor Andre Lopes de Laure

Manoel Pimentel rubrica

As cartas do g.<sup>o</sup> geral do Estado do Brazil, e no  
 que toca a trincheira que propoem fazer de fazer  
 na praia do Rio Vermelho diante sua legua da C.<sup>o</sup>  
 me parece conueniente fazerse para impedir aos ini-  
 migos poder desembarcar por aquella parte. Mas co-  
 mo na Bahia estão dous Engenh.<sup>os</sup> e cá de tão longe  
 não se pode discorrer com tanto acerto como a vista  
 dos sitios, deuse ordenar ao g.<sup>o</sup> geral siga o parecer  
 dos d.<sup>os</sup> Engenh.<sup>os</sup>

No tocante a dauente de derrubar as Igre-  
 jas de N. S.<sup>a</sup> da Pied.<sup>e</sup> dos Capuchinhos, e a matriz  
 de S. Ant.<sup>o</sup> com algumas casas de ruas, sou de parecer  
 que se não se deue de continuar em tudo o caso ainda que  
 seja promovendo a fortificação mais fora de o sitio  
 o permitir, e que só se deue deegar a restauração de  
 derrubar estas Igrejas quando o dano for manifesto  
 e o prejuizo grandis.<sup>imo</sup> em se conseruarem. Mas tam-  
 bem nesta parte me soube ao parecer e voto dos  
 Engenh.<sup>os</sup> com os quaes o g.<sup>o</sup> se deue aconselhar.  
 LX. 27 de Jan.<sup>o</sup> 1712



Ante Andre Lopes de Sousa



Manoel Pimentel

### 4.3. Comentários paleográficos

O ofício, em análise, é um manuscrito, escrito em papel, datado 27 de janeiro de 1712. No que tange a sua descrição física foi escrito à tinta, em Lisboa, o qual não apresenta escritura no verso, apenas no recto. Conquanto, é possível observar no verso a passagem da tinta presente no recto. O documento é disposto em apenas um fólio, com 22 (vinte e duas) linhas, com a mancha escrita à direita do documento, com exceção do endereçamento que é feito na parte inferior à direita da mancha e à esquerda do leitor. No que tange a paragrafação, apresenta dois parágrafos longos, o primeiro parágrafo está disposto em nove linhas, enquanto o segundo em dez. Ao final do conteúdo do texto há na vigésima primeira linha a data tópica e a cronológica. Existem no documento dois carimbos: um maior que ocupa a margem direita da mancha, de extensão aproximada da 12<sup>a</sup> a 15<sup>a</sup> linha, referente à Biblioteca Nacional de Lisboa e o segundo disposto logo abaixo das datas tópica e cronológica, a margem direita do nome de Manoel Pimentel, o qual diz respeito ao Arquivo Histórico Colonial. Conforme demonstrado abaixo:



No que pese a coloração do papel, dos carimbos, bem como da tinta utilizada, não é possível perceber, pois o documento é uma cópia em preto e branco. No que concerne às abreviaturas, foram encontradas dezessete abreviaturas, desenvolvidas marcando com itálico as letras nelas omitidas, em conformidade com os critérios de edição. Como exemplo: governador (f. ||1r.||, linha 2). Destaca-se que durante todo o texto é recorrente o uso do *u* em detrimento do *v*, por isso, manteve-se na edição a mesma grafia.

No ângulo superior à direita da mancha e à esquerda do leitor são perceptíveis dois traços na borda do documento, bem como, também na parte superior à esquerda dessa marcação e no centro do documento há outra marcação, a qual não está clara, sendo transcrita como [ilegível].



#### 4.4. Sobre as abreviaturas e a variedade da escrita

A abreviatura é um modo de grafar com omissão de certas letras, que podem ser tanto no meio da palavra quanto no final. Tal recurso estilístico é muito utilizado para economizar tempo e espaço. No ofício de Manoel Pimentel (1712), nota-se que este fez uso por dezessete vezes desse recurso, sendo a grande maioria de abreviaturas com letra sobrescrita. Ressalta-se que a abreviatura <g.<sup>dor</sup>> fora utilizada no texto três vezes, no entanto a abreviatura <Engenhr.<sup>os</sup>>, apresentou dois tracejos diferentes conforme será demonstrado na tabela abaixo. Destarte, conforme a classificação de abreviaturas apresentada por Maria Helena Ochi Flexor (1991, p. 13-14), foram encontradas no ofício em análise três classificações diferentes: abreviatura com letras sobrescrita; abreviatura por contração e sigla simples. Vejamos:

**Tabela 1. Apresentação e Classificação das abreviaturas utilizadas no ofício (1712)**

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	CLASSIFICAÇÃO	LI-NHA
g. <sup>dor</sup>		Governador	Abreviatura com letra sobrescrita	1r- 2, 9 e 20
cid. <sup>o</sup>		Cidade	Abreviatura com letra sobrescrita	1r- 4
Engenhr. <sup>os</sup>		Engenheiros	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-7
Engenhr. <sup>os</sup>		Engenheiros	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-10 e 20
d. <sup>tos</sup>		Ditos	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-10



N.		Nossa	Sigla simples	1r- 12
S. <sup>a</sup>		Senhora	Abreviatura com letra sobrescrita	1r- 12
Pied. <sup>e</sup>		Piedade	Abreviatura com letra sobrescrita	1r- 12
S.		Santo	Sigla simples	1r-13
Ant. <sup>o</sup>		Antonio	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-13
grandiss. <sup>o</sup>		grandissimo	Abreviatura com letra sobrescrita	1r- 18
Lx. <sup>a</sup>		Lixboa	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-21
Ianr. <sup>o</sup>		Ianeiro	Abreviatura com letra sobrescrita	1r-21
Sr		Senhor	Abreviatura por contração	1r-22

No que concerne à variedade da escrita, todo o documento apresentou certa regularidade no traçado das letras, apresentando divergência e variedade nas ilustradas abaixo:

**Tabela 2. Apresentação da variedade de escrita no ofício (1712)**

Letra	Variedades da letra
d minúscula	
s minúsculo	
h minúsculo	

#### 4.5. Análise diplomática

O ofício, no que diz respeito a sua espécie documental, é classificado por Heloísa Liberalli Bellotto (2002) como um documento não diplomático. Conquanto, no texto do discurso de um ofício é possível notar-se uma estrutura já estabelecida, mormente usada em documentos di-

plomáticos, a qual é dividida em três partes: protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2002, p. 39) o protocolo inicial é constituído por: invocação, titulação, direção ou endereço e saudação; o texto propriamente dito do preâmbulo, notificação, dispositivo, sanção e cláusulas finais; e o protocolo final por subscrição ou assinatura, datação e precação. Salienta-se que nem todas às partes diplomáticas estarão presentes em todos os documentos, bem como a sequência apresentada, também poderá sofrer alguma modificação. Outrossim, analisemos o ofício de Manoel Pimentel (1712), quanto a sua estrutura e a sequência de dados:

**Protocolo Inicial:**

*Senhor* [vocativo]

Andre Lopes de Laure [direção]

**Texto:**

Vi as cartas do *gouernador* geral do estado do Brasil, e no ] [informativo]

No tocante a hauerem se de derrubar as Igre- ] [exposição]

**Protocolo Final:**

*Lixboa* [data tópica]

27 de Ianeiro 1712 [data cronológica]

Manoel Pimentel rubrica [identificação e assinatura]

No tocante, as partes componentes relacionadas ao ofício como: o título abreviado – of. seguido da sigla do órgão expedidor, o número do ofício e o fecho de cortesia, não foram encontrados nesse documento em específico. Todavia, isto em nada interferiu na funcionalidade deste, considerando-se que fora utilizado como um veículo administrativo entre instituições públicas, isto é, o cosmógrafo-mor de Portugal, Manoel Pimentel, o qual ocupava o mais alto cargo da função pública e o secretário

do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre, no qual ocorria um intercâmbio dum assunto técnico-administrativo: a construção de trincheiras como estratégia de defesa da Bahia no século XVIII.

## 5. *Considerações finais*

Outrossim, compreende-se que nos documentos escritos o que estão impressas são as memórias do sujeito que as escreve, tornando-as sociais, e, por conseguinte coletivas, o que permite com o registro dessas memórias nesses documentos que até então eram individuais e inerentes ao sujeito, o armazenamento e a conservação desses vestígios, os quais posteriormente podem ser acessados mesmo sem a presença dele, e uma vez escavados, podem propiciar uma releitura que poderá ser por escolha do historiador, ou ainda, uma herança do passado, afinal

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1990. p. 462)

Com isso, a vulnerabilidade de Salvador não era uma questão que apenas poderia ser encontrada em plantas, mapas ou cartografias das fortificações da cidade, mas também era explicitada em escritos/narrativas dos especialistas sobre o assunto, principalmente dos militares, engenheiros e arquitetos que a visitaram e nela trabalharam, sendo notória e evidenciada sua propensão a ser uma grande fortaleza desde que se executassem os planos propostos para isso, como foi o caso dos relatos no ofício de Manoel Pimentel (1712) e do governador geral Pedro Vasconcelos (Carta de 1711).

Conclui-se então, que o labor de edição não só dá a conhecer o conteúdo do texto, sua estrutura e funcionalidade, como também permite que novas leituras possam ser feitas, possibilitando o ressurgimento de “novos” sujeitos, os quais por escolha política, social, histórica ou cultural foram esquecidos. Afinal todo documento é monumento, instrumento de poder que faz parte de um todo, de uma memória coletiva, na qual estão impressos valores, e designíons da época em que foram escritos, assim sendo, editar um documento é ressignificá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-44.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

*DOCUMENTOS manuscritos “avulsos” da capitania da Bahia: 1604 – 1828*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. v. 1 e 2. Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”/ Arquivo Ultramarino (Lisboa).

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2. ed. aum. São Paulo: UNESP/Arquivo do Estado, 1991.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da Abralin*, Associação Brasileira de Linguística, vol. 16, n. 2, p. 191-218, jan./abril de 2017.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-27.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 1990.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. *Conhecendo a história da Bahia da pré-história a 1815*. Salvador: Quarteto, 2013.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Omar G., 2004.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Análise dos elementos linguístico-textuais e retórico gramaticais nos ofícios. In: \_\_\_\_\_. *Análise de gênero textual: concepção sociorretórica*. Maceió: UFAL, 2005.

\_\_\_\_\_. Análise crítica e sociorretórica dos elementos enunciativos do gênero ofício – gênero textual da correspondência oficial. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4, 2007, Tubarão. *Anais...* Tubarão: Universidade de Santa Catarina, 2007, p. 1451-1460.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edunesp; Salvador: Edufba, 2008.